

Ética e Subjetividade
Novos impasses no contemporâneo

Conselho Editorial

Cleci Maraschin

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade
Federal do Rio Grande do sul

Maria Elizabeth Barros de Barros

Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional e
Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal
do Espírito Santo

Marisa Lopes da Rocha

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – Universidade do
Estado do Rio de Janeiro

Suely Rolnik

Núcleo de Estudos da Subjetividade – Programa de Pós-graduação
em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica-SP

Tania Mara Galli Fonseca

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e
Programa de Pós-graduação em Informática Educativa da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Virgínia Kastrup

Programa de Pós-graduação em Psicologia – Universidade Federal
do Rio de Janeiro



Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF

Ética e Subjetividade

Novos impasses no contemporâneo

Organizadoras
Silvia Tedesco
Maria Livia Nascimento



Editora Sulina

© Autores, 2009

Capa
Daniela Burgel

Revisão
Patrícia Aragão

Revisão técnica
Niura Fernanda Souza

Tradução
Vanise Dresch

Projeto gráfico e editoração
Niura Fernanda Souza

Editor
Luis Gomes

Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza – CRB 10/960

E84 Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo / organizado por Sílvia Tedesco e Maria Lívia Nascimento. – Porto Alegre: Sulina, 2009. 295 p.

ISBN: 978-85-205-0522-9

1. Ética. 2. Psicologia. 3. Subjetividade – Ética.
I. Tedesco, Sílvia

CDD: 150
CDU: 159.9
17

Todos os direitos desta edição reservados
à Editora Meridional Ltda.
Av. Osvaldo Aranha, 440 cj. 101 - Bom Fim
Cep: 90035-190 - Porto Alegre - RS
Fone: (0xx51) 3311.4082
Fax: (0xx51) 2364.4194
www.editorasulina.com.br
e-mail: sulina@editorasulina.com.br
Dezembro/2009

SUMÁRIO

1. Conectando clínica e política 7
Maria Lívia do Nascimento e Silvia Tedesco
2. Qual modernidade? 12
René Schèrer
3. Subjetividade e tempo 24
Monique David-Menard
4. Movimentos sociais e sociedade de controle 39
Cecília Coimbra e Maria Lívia do Nascimento
5. Clínica e violência: construções e problematizações
para uma clínica do contemporâneo. 60
Cristina Rauter
6. Por uma perspectiva ética das práticas de cuidado
no contemporâneo 74
Cristiano Rodrigues e Silvia Tedesco
7. Redução de danos no Brasil: aspectos
históricos e políticos 96
Eduardo Passos e Tadeu Paula Souza
8. Enfraquecimento da lei ou aumento do poder punitivo?
Uma reflexão acerca do discurso psicanalítico sobre
a crise do simbólico na contemporaneidade 111
Regina Neri
9. Deleuze e a psicanálise 130
Jô Gondar

10.	O fim do Outro do Capital (A ética a partir de um estádio fractal?)	146
	<i>Mário Bruno</i>	
11.	O preocupante porvir	152
	<i>Vera Malaguti Batista</i>	
12.	Sobre sociedade de controle, educação e fluxos.....	156
	<i>Edson Passetti</i>	
13.	O lugar da Recusa: Baudrillard & Foucault – (está fora de causa acabar bem...)	169
	<i>André Queiroz</i>	
14.	Walter Benjamin e os anjos de Copacabana.	180
	<i>Luis Antonio Baptista</i>	
15.	Gilles Deleuze e Política: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida	191
	<i>Claudia Abbês Baêta Neves</i>	
16.	Da extorsão dos testemunhos aos mal-entendidos promissores: modos de intervir e pesquisar com um grupo de deficientes visuais	213
	<i>Marcia Moraes</i>	
17.	Considerações acerca do cuidado de si mesmo contemporâneo	231
	<i>Kleber Prado Filho</i>	
18.	Por uma ética e uma estética da psicanálise	246
	<i>Eduardo Rozenthal</i>	
19.	Freud criminólogo: a contribuição da psicanálise na crítica aos valores fundacionais das ciências criminais	265
	<i>Salo de Carvalho</i>	

Conectando clínica e política...

*Maria Lívia do Nascimento**

*Silvia Tedesco***

Segundo as indicações de Foucault (1988) o dispositivo do poder que passa a vigorar nas sociedades contemporâneas tem como objeto a vida. O biopoder procura gerir o viver, maximizando os efeitos do poder disciplinar, fortemente presente nos séculos XVII e XVIII. Durante a segunda metade do século XVIII, nova modalidade de poder começa a ser percebida. Sem dispensar as técnicas disciplinares, essa nova prática de controle elege outros objetos de aplicação. A disciplina aplicava-se aos corpos individualizados, internados em instituições fechadas como, por exemplo, escolas, hospitais fábricas, e, através de técnicas institucionais, as mais econômicas possíveis por serem voltadas aos grandes grupos de indivíduos, visava vigiá-los, instruí-los, enfim, normalizá-los.

Já a estratégia da biopolítica maximiza os esforços disciplinares por expandir-se pelos espaços abertos, muito além das instituições, e dirigir-se ao homem como ser vivo, como espécie. Interessa tomar a população como problema. Questões como natalidade, longevidade, mortalidade são trabalhadas em dimensões estatísticas. O corpo mantém-se como matéria do poder, mas como “corpo múltiplo, corpo de numerosas cabeças”. Emerge a população como problema científico e político (Foucault, 1976).

Problematizam-se os fenômenos populacionais, estabelecem-se generalizações, normalizações, níveis globais de equilíbrio. Enfim, o poder não reprime, mas age produzindo subjetividades, indivíduos como componentes da população, definida pela regularidade, pela homogeneização.

Dentro da ordem econômica vigente, as leis de mercado ditam os comportamentos, doam padrões gerais de conduta e cada vez

* Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense mlivianascimento@gmail.com

** Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense e supervisora clínica em CAPS AD. shtedesco@gmail.com

mais o estranho e o casual passam a ser evitados, fazendo com que as diferenças e as singularidades dos modos de vida sejam desvalorizadas. Estranhamente, a problematização da população traz como sua outra face a individualização. Se a expectativa é manter-se dentro da média estatística da população, a dificuldade em atingir ou manter-se dentro desses limites esperados é atribuída à incompetência individual. Valoriza-se o íntimo, o privado, solapando qualquer movimento que promova a coletivização política a fim de “excluir as questões políticas ao enquadrá-las em valores psicológicos sobre o primado do eu” (Neves, et al., 1996, p.180).

A partir desse conjunto de ideias, passamos a entender a relação entre vida e política como movimento de resistência à massificação das subjetividades. Resistência aqui tomada não como uma simples recusa a processos de normalização, mas como um fazer diferente, como invenção de atos que rompem com as rotas já estabelecidas.

É nesse contexto histórico político que a clínica é chamada a atuar. Nesse sentido, somos convocados a refletir a inseparabilidade entre clínica e política. Em primeiro lugar pelo plano de indiscernibilidade que a sustenta e a define como ferramenta de análise crítica das normas instituídas pela lógica do biopoder e, ao mesmo tempo, instrumento de criação e de pluralização das formas de vida. E, em segundo lugar, por seu caráter pragmático, isto é, sua inserção nos fatos do mundo, que a retira do plano das verdades absolutas e a obriga a lidar com as incertezas do mundo, com as apostas e com os riscos que a vida comporta. Trata-se de construir cartografias existenciais, ou seja, construir mapas, abertos e móveis, conectáveis nas mais diversas direções, reversíveis e descentrados. O trabalho clínico-político segue ágil na recepção de novos encaminhamentos de vida, novas linhas de criação de si e de mundo.

Este livro resulta da preocupação de fazer reverberar tais ideias. Nele estão presentes trabalhos apresentados em três eventos internacionais realizados pelo programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense. A estratégia de montagem desses eventos tem sido a escolha de temas de interesse comum aos seus participantes: profissionais, alunos, professores, pesquisadores da área *psi* e afins. A partir dessa escolha apostamos na emergência de diferentes pontos de vista, possibilitando a circulação de discursos diversos, que possam fomentar a polêmica, de modo que a partir das distâncias, no atrito entre perspectivas distintas,

seja produzido um estado de inquietação coletivo, condição fundamental para o processo de criação. Nesse sentido, o leitor não encontrará unidade harmoniosa entre os textos, podendo esbarrar em posicionamentos discrepantes, provocadores da busca por composições heteróclitas. É o dissenso e não o acordo harmônico que alimentam os escritos. São os debates construídos nos três eventos que inspiram os trabalhos reunidos neste livro.

O primeiro desses eventos, *Deleuze: a filosofia, a clínica e a política*, realizado em dezembro/2005, buscou discutir o pensamento do filósofo Gilles Deleuze, dez anos após sua morte, ocorrida em novembro de 1995. A proposta tentava discutir, a partir de seus conceitos filosóficos com impacto no campo da estética e da política, os efeitos de seu pensamento múltiplo e rizomático sobre o espaço da clínica. Assim, tomando como ponto de vista a filosofia e sua intercessão com a arte e a política, foram colocados em debate alguns dos conceitos trazidos por Deleuze, tais como máquina abstrata, devir, vida não-orgânica, desterritorialização dentre outros. O resultado foi um diálogo híbrido que colocou em conexão a clínica e a filosofia como planos a serem explorados segundo uma mesma estratégia.

O segundo evento, *Ética e o cuidado no contemporâneo* (dezembro/2006), assumiu o desafio de interrogar a direção ética das práticas de intervenção no contemporâneo, sejam elas entendidas como atividades profissionais ou como exercício do pensamento. Para tal, evitaram-se dois equívocos principais. Primeiro, o erro de fazer coincidir ética com um conjunto de preceitos, de prescrições morais. E, segundo, a armadilha de fundar a ética em princípios universais. Se a realidade é entendida em seu movimento constante, incluída aí a subjetividade, cabe procurar estabelecer um êthos fomentador do processo de transformação de si. Na realização dessa empreitada optou-se por uma ótica transdisciplinar, a qual privilegiou na discussão a interface da ética com a filosofia, a política e a clínica. Os temas do cuidado de si, do sujeito ético trabalhado por Foucault na terceira fase de sua obra, serviram de principal balizador para o questionamento de práticas como a da psicanálise, a da clínica das drogas e a da clínica da violência, entre outras.

Um presente por vir (setembro/2007), o último desses eventos, procurou debater algumas questões que atravessam o viver contemporâneo. Considerando que a vida é movimento constante e, faz-se necessário abandonar posturas *psi* apoiadas numa concepção

universalisante de sujeito, doadoras de padrões fixos de referência frente aos quais a subjetividade precisa se adequar. Diferentemente, privilegiamos a historicidade das questões, o que significa estarmos preocupados em interrogar o que comparece nos modos de existência como natural e, portanto, inalterável. Nesse sentido, o evento elegeu debater alguns impasses presentes na prática *psi* contemporânea, como, por exemplo, o fenômeno da judicialização das práticas cotidianas, pelo qual o sujeito não mais se sente em condições de gerir suas relações, que agora passam a ser mediadas pelo espaço jurídico e pelo Estado. Também foi tema do evento questões marcadamente atuais, como os efeitos da violência urbana e da penalização do consumo de drogas. Enfim, o fio condutor que transversalizou as discussões foi a constatação dos limites de determinadas práticas clínicas em lidar com temas contemporâneos, fortemente marcados pelo viés histórico-político, para, a partir da constatação dessa insuficiência, suscitar a criação de novas formas de atuação na clínica.

Os três eventos, apesar de suas peculiaridades temáticas, giraram em torno de uma questão comum a qual estamos aqui, enfatizando: a interface entre clínica e política. Tal questão nos é extremamente cara, sendo essa preocupação o principal elo que articula as suas duas linhas de pesquisa “Subjetividade e clínica” e “Subjetividade e política” do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFF. Em um contexto de controle sociopolítico exercido sobre a vida, essa articulação colabora com a emergência, no *socius*, de processos inventivos e contribui para a produção de modos de subjetivação inéditos.

Fica evidenciado que, ao falarmos de clínica, não remetemos à prática tradicional de consultório, apoiada em enquadramentos rigidamente construídos e que têm como pressupostos padrões de normalidade ou mesmo estruturas psíquicas universais. Nesse sentido, recusamos que o objeto da clínica fique restrito à realidade intrapsíquica, domínio das experiências interiores de um sujeito, fixo, regulado por princípios universais. Aqui o termo clínica se amplia para o exercício de práticas que fomentem atos de variação próprios dos processos de subjetivação: clínica como desvio, clínica como criação de novos modos de vida. E, diferente de atuar sobre as excessivas redundâncias da vida íntima, a intervenção *psi* surge como dispositivo de escape ao mundo interior. Sem rechaçar a realidade

individual, ela age na desconstrução da figura sujeito, efetivada na detecção de linhas desviantes dos contornos aparentemente estáveis, germes de novos modos de ser, de novos mundos em construção. Trata-se de um plano coletivo de criação no qual afetos sem proprietários e experiências impessoais desfazem sentidos muito enraizados em nossos hábitos culturais em proveito de sentidos existenciais imprevisíveis. Despersonalização, dessubjetivação, eis o movimento que alimenta a vida e fortalece a subjetividade no exercício do que melhor a define, seu processo constante de criação de si e de novas realidades. A clínica, portanto, como ferramenta de ida ao limite, de fuga ao exterior das formas fechadas, de escape dos modos imperiais de subjetivação.

Na articulação entre clínica e política, reconhecemos sua vocação dirigida à dissolução dos contornos da figura sujeito, constituída por suas regularidades, hábitos, em proveito da descoberta de outros modos de experimentar a vida. Nesse sentido, toda intervenção psicológica é essencialmente política, uma vez que sempre coloca os profissionais *psi* num campo implicado, onde necessariamente assumem compromissos e riscos. Dessa maneira, ao tomar a análise de implicações como um dispositivo para problematizar suas intervenções, a clínica afirma a condição política de sua prática e coloca em xeque os lugares instituídos pelas formas de subjetivação individualizantes, refratária às questões políticas e ao caráter heterogêneo e múltiplo dos diferentes modos de existência.

Pensar dessa forma traz efeitos para o território *psi*, quebrando suas fronteiras e possibilitando contágios e intercessões, rompendo, assim, sua tradicional redoma que mantém a subjetividade insensível às forças desconcertantes da criação.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société*, Paris, Seuil, 1976.

NEVES, C. A. B., RAUTER, C., PASSOS, E.; BARROS e R. B. JOSEPHSON, S. C. Teorias e práticas psicológicas em instituições públicas: uma abordagem transdisciplinar da clínica. In: *Cadernos de Subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*, vol. 1, n.1, 1993, 177-186.